AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO, A LEI Nº 13.415 E A GEOGRAFIA ESCOLAR: UM DEBATE NECESSÁRIO

Lucas da Silva Salmeron¹; Claudivan Sanches Lopes²

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE-UEM). E-mail: lucas_salmeron@hotmail.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0966-1481>

² Professor Doutor na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail claudivanlopes@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8479-5095>

Artigo recebido em 07/09/2020 e aceito em 16/02/2021

RESUMO: O Ensino Médio brasileiro vem provocando amplos debates no cenário educacional. Tal etapa apresenta uma série de problemáticas ainda não superadas e que precisam ser discutidas; por conta disso, assiste-se a uma “reforma do Ensino Médio”. Nesse sentido, o objetivo neste artigo é discutir algumas das problemáticas presentes no Ensino Médio, refletindo sobre seus desafios na contemporaneidade, além de procurar compreender o papel da Geografia em meio ao novo contexto educacional desse ensino implementado pela Lei nº 13.415/2017. Pesquisas bibliográficas que tratam do Ensino Médio e uma análise dessa Lei foram realizadas no intuito de tecer uma reflexão crítica acerca dessa temática. Questionários e entrevistas também foram aplicados com professores e alunos objetivando entender as perspectivas destes quanto às recentes reestruturações no Ensino Médio. Constatou-se a existência de uma série de dificuldades que tal etapa precisa enfrentar atualmente, e que a Lei referida, oficializada sob a justificativa de minimizar alguns desses problemas, acabou não correspondendo de forma satisfatória aos anseios de parte significativa dos profissionais da educação e parte dos alunos que também temem algumas de suas medidas. A disciplina de Geografia, nesse contexto, se encontra em uma posição delicada.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Novo Ensino Médio; Reformas Educacionais.

THE SPECIFICITIES OF BRAZILIAN HIGH SCHOOL, LAW Nº 13.415 AND SCHOOL GEOGRAPHY: A NECESSARY DEBATE

ABSTRACT

The Brazilian high school has been provoking extensive debates in educational scenario. This stage presents a series of problems that have not been overcome yet and that need to be discussed, and, because of that, we are witnessing a “reform of the high school”. In this sense, the objective of this article is to discuss some of the problems that are present in the high school, reflecting its challenges in contemporary times, in addition of seeking to understand the role of Geography in this new educational context of high school implemented by the Law nº 13.415/2017. Bibliographic researches about high school and an analysis of the recent Law nº 13.415

were carried out in order to conduct a critical analysis on this topic. Questionnaires and interviews were also applied with teachers and students, aiming to understand their perspectives regarding these recent restructurings in high school stage. It was found that there are a series of difficulties that this stage needs to face today, and that Law nº 13.415, made official under the justification of minimizing some of these problems, ended up not satisfactorily corresponding the wishes of a significant part of education professionals, as well as part of students who also fear some of its measures. The Geography discipline, in this context, is in a delicate position.

Keywords: Teaching Geography; New High School; Educational Reforms.

INTRODUÇÃO

Observa-se no vigente contexto educacional brasileiro que os debates relativos ao Ensino Médio (EM) assumem centralidade nas discussões das políticas para a Educação Básica, pois se trata de uma etapa do ensino que apresenta especificidades marcantes e gera controversos juízos acerca de sua organização e estruturação.

Desde períodos mais antigos da história da educação do Brasil até a contemporaneidade, o EM se mostrou como uma etapa em que muitas problemáticas fizeram e ainda se fazem presentes, e muitos dos antigos problemas ainda não tiveram solução. Mesmo com toda a atenção que essa etapa vem recebendo nos últimos anos no âmbito das políticas educacionais, como a aprovação da denominada Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diversas situações-problemas ainda são encontradas em sua organização.

Além desse debate referente ao EM e as recentes reformas educacionais, cabe também pensar no papel da Geografia escolar em meio a esse contexto. As novas legislações trazem apenas a Língua Portuguesa e Matemática enquanto componentes curriculares obrigatórios para os três anos do EM.

Sendo assim, indaga-se: o que pensam os professores e os alunos a respeito da recente reestruturação dessa etapa de ensino promovida pelo governo federal? Como avaliam seu impacto em suas vidas? E a Geografia, perderá seu espaço nos currículos? Como alunos e professores avaliam a possível diminuição da carga horária de determinadas disciplinas, especialmente da Geografia, nos currículos do EM? Essas são, certamente, algumas das muitas incertezas que pairam sob a mente de professores e alunos, e que neste artigo se busca discutir.

A pesquisa que subsidia a produção deste artigo buscou trazer para o debate as perspectivas e opiniões de alunos e professores da Rede Básica da Educação a respeito das recentes reestruturações, principalmente no que se refere ao “Novo Ensino Médio”, assim

denominado na Lei nº 13.415. Logo, o objetivo central deste texto é refletir sobre os desafios e algumas das problemáticas presentes no atual EM, buscando também compreender o papel da Geografia em meio ao novo contexto educacional.

Em uma abordagem qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002), combinou-se a pesquisa bibliográfica e documental focada na legislação que trata do EM e da Geografia ante às novas legislações educacionais com pesquisa de campo empreendida com professores e alunos de duas escolas do município de Campo Mourão, PR¹. Foram aplicados questionários para 148 alunos, no momento da investigação matriculados no 3º ano do EM e, simultaneamente, a aplicação de questionários e realização de entrevistas com três professoras de Geografia que atuam nessas mesmas escolas.

No artigo se aborda, em um primeiro momento, as principais características, problemáticas e desafios presentes no EM. Em seguida, discute-se a recente Lei nº 13.415, discorrendo sobre suas especificidades e as críticas levantadas desde a sua aprovação no Congresso. Junto a essa análise da nova Lei, contempla-se o (des)aparecimento da Geografia nesses novos moldes do EM. Por fim, seguindo a metodologia da análise de conteúdo (MORAES, 1999), analisam-se as contribuições dos alunos e professores participantes da pesquisa a respeito do EM e da Geografia em meio a essa etapa do ensino.

AS ESPECIFICIDADES E OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

A etapa final da educação básica, o Ensino Médio, nos últimos anos tem sido objeto de amplas e controversas discussões no âmbito das políticas educacionais. O EM possui diversas especificidades, e diversos autores consultados mencionam uma “falta de identidade” dessa etapa do ensino. Além disso, o EM apresenta uma série de dificuldades históricas e problemáticas que há tempos se fazem presentes no ensino brasileiro e que nos dias atuais ainda não foram superadas.

Reichwald Jr, Schäffer e Kaercher (2003) destacam que o EM se constitui como a etapa final do ensino básico, um momento em que os conteúdos de aprendizagem

¹ O município de Campo Mourão localiza-se na mesorregião Centro Ocidental paranaense, situado a 89 km de Maringá-PR. Trata-se de um município cuja população estimada é de 94.859 habitantes, em uma área de 757 km². Em função de sua localização estratégica, sistema rodoviário e concentração de atividades, o município é tratado como um agente de desenvolvimento da região que o cerca.

desenvolvidos no Ensino Fundamental devem ser consolidados, complementados e aprofundados. Trata-se, portanto, de uma etapa na qual se amplia o domínio cognitivo, instrumental e afetivo/valorativo dos alunos, sendo, dessa forma, repleta de possibilidades aos educandos.

Esta é uma etapa da vida escolar em que os jovens podem delinear seus projetos de vida futuros, mas constitui também um momento controverso, que traz consigo diversas situações-problemas que podem acarretar, em muitos casos, na desistência dos educandos por se frustrarem com o sistema escolar ou priorizarem outras atividades em suas vidas, como a precoce inserção no mercado de trabalho para se manterem financeiramente ou para ajudarem a manter suas famílias, impossibilitando ou dificultando o prosseguimento de seus estudos.

Além do problema do acesso e permanência nessa etapa do ensino, outros desafios se fazem presentes no EM, tais como a dualidade estrutural entre a formação propedêutica e a formação técnica/profissional; a necessária ampliação de sua oferta, universalização e democratização; a necessária diminuição das taxas de abandono e reprovação; a questão da qualidade do ensino ofertado; e finalmente, a definição de uma identidade mais clara para essa etapa. Na acepção de Krawczyk (2011, p. 754), que dedica parte de suas pesquisas ao entendimento do Ensino Médio brasileiro:

As deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural, com importantes consequências para toda a educação pública.

Com relação a essa identidade do Ensino Médio (ou sua ausência), inquire-se: o EM reporta-se a uma etapa que deve possibilitar prioritariamente a continuação dos estudos no Ensino Superior ou deve preparar a juventude para o mercado de trabalho? Qual a função principal do Ensino Médio? Krawczyk (2011) questiona alguns autores quando discorrem sobre a perda da identidade dessa etapa, pois em seu ponto de vista nunca se teve uma identidade muito clara, que não fosse o “trampolim” para a universidade e ou a formação profissional.

Apesar de contempladas nas legislações, a cidadania e a formação integral do sujeito nunca são o foco de tais documentos, sendo secundarizadas. Geralmente escritos relativos à

inserção dos jovens no mercado de trabalho ou sua continuação nos estudos no Ensino Superior acabam recebendo maior destaque nesses documentos legais. Pontua-se que se tratam de pontos de suma importância e que devem sim aparecer nas legislações, contudo não devem ser os únicos a gerar preocupação, porque a construção da cidadania e o preparo do estudante para a vida em sociedade são os maiores objetivos das escolas.

Ademais, é preciso ressaltar que até os dias de hoje, o EM não teve um real processo de universalização e nem de democratização do acesso a essa etapa, já que existem ainda altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola. Como prossegue Krawczyk (2009, p. 09):

Para além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades educacionais, também permanecem desafios referentes aos conteúdos a serem ensinados, à formação e remuneração dos professores, às condições de infraestrutura e gestão escolar, aos investimentos públicos realizados, entre outros. A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Como se observa, além da estagnação dos índices de matrícula nessa etapa de escolarização e da crise de identidade já discutida, é possível identificar outras problemáticas nessa etapa do ensino que vão além das questões curriculares, perpassando por questões socioeconômicas; questões referentes à qualidade do ensino; formação inicial e continuada dos docentes; investimentos na área educacional, entre outros desafios que precisam ser superados.

Não é raro encontrar pessoas que afirmaram deixar seus estudos para trabalhar pois precisavam encontrar uma forma imediata de se manterem financeiramente, e os estudos se tornavam um “obstáculo” quando precisavam se dividir entre trabalhar e frequentar a escola. Há também os que terminam o EM, mas que não conseguem vislumbrar a importância dessa etapa para sua vida fora dos muros da escola, cursando-o apenas por obrigação, não compreendendo os reais objetivos e possibilidades que essa etapa da Educação Básica pode oferecer.

Logo, esse desencontro entre a escola, o EM e os jovens constitui um dos grandes desafios para essa etapa da formação do educando e provoca forte impacto nos resultados e no

processo de expansão desse segmento de ensino. Cabe ressaltar, contudo, que essa é uma etapa de diversas possibilidades, e que os aspectos negativos não devem se sobressair aos aspectos positivos que o EM pode trazer para a vida de milhões de jovens.

Como pondera Borba (2011, p. 140): “O ensino médio é a principal e mais abrangente, em termos qualitativos e quantitativos, política pública voltada para a formação dos jovens. Assim, eles projetam expectativas, bem como se preocupam com a educação da qual dispõem”. Por conseguinte, se faz necessário pensar, rever e reconfigurar as ações para tal etapa.

A inserção do educando no mercado de trabalho ou nas universidades é de suma importância, mas é preciso questionar: há espaço para uma formação crítica em meio a isso? O EM, de fato, vem possibilitando que o jovem ingresse no Ensino Superior ou no mercado de trabalho? São de indagações como essas que decorre a importância de constantemente se pensar em ações que visem à melhoria dessa etapa do ensino.

Nesse contexto e com a justificativa de superar essas problemáticas, assistiu-se recentemente à aprovação da Lei nº 13.415, no dia 16 de fevereiro de 2017, cuja pretensão é modificar a estrutura e a organização do EM nas escolas de todo o país. Foram as críticas e contradições que alunos e profissionais da educação em geral levantaram com a aprovação de tal Lei que se busca contextualizar no tópico a seguir.

A GEOGRAFIA E A LEI Nº 13.415: UM “NOVO ENSINO MÉDIO”, UM NOVO DEBATE

Como se pode perceber no breve panorama do tópico anterior, a atual conjuntura do EM brasileiro tem se mostrado como uma situação complexa e que necessita de reflexões. É nesse contexto, em que diversas situações-problemas atingem essa etapa do ensino, que surge a denominada “Reforma do Ensino Médio” ou “Novo Ensino Médio”, a qual, nos argumentos de sua defesa, procurou trazer soluções para esses antigos problemas.

A referida reforma tem dividido opiniões. De um lado, estão os que acreditam que essa reforma é necessária e que irá solucionar os problemas enfrentados pelo Ensino Médio. De outro, estão os que são contrários a essa reforma, pois acreditam que é um velho discurso, com uma nova roupagem (NETO; LIMA; ROCHA, 2017, p. 8712).

Cabe destacar que a ideia de “reformular” o EM vem sendo gestada há um tempo maior, mas os debates foram intensificados nos últimos anos, quando se aprovou a nova Lei em um curto período de tempo desde sua proposta enquanto Medida Provisória, em 2016. Especificamente no dia 22 de setembro de 2016, o Governo Federal encaminha, no formato de Medida Provisória (MP nº 746), ações que alterariam a estrutura e a organização dessa etapa do ensino com a justificativa de que seria necessário resolver problemas que há tempos acompanham o EM brasileiro.

Pouco tempo depois, se tem então a aprovação da Lei nº 13.415, no dia 16 de fevereiro de 2017, cinco meses após a MP divulgada em 2016. A referida Lei traz uma série de alterações em diferentes legislações, seguindo muito daquilo que fora colocado na MP nº 746/2016.

A Lei nº 13.415 altera, principalmente, os artigos da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996). Traz algumas modificações, em menor escala, em artigos de outras legislações que tratam da Consolidação das Leis do Trabalho, disposições sobre a radiodifusão e a oferta da língua espanhola nas escolas, além de instituir a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Para sintetizar algumas dessas mudanças, apresenta-se, no Quadro 1, de Bald e Fassini (2017), um comparativo das principais alterações da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pela Lei nº 13.415.

QUADRO 01: PRINCIPAIS PONTOS DE ALTERAÇÕES DA LEI Nº 9.394 PARA A LEI Nº 13.415

Pontos	Antes	Depois
Carga Horária	A LDB prevê que, nos três anos do Ensino Médio, os alunos tenham no mínimo 800 horas de aula, e que cada ano tenha pelo menos 200 dias letivos.	A Lei nº 13.415/17 do governo federal amplia "progressivamente" a carga horária para 1.400 horas, sem especificar um número mínimo de dias letivos por ano nem um prazo para a ampliação.
Disciplinas Obrigatórias	O ensino de artes e de educação física era obrigatório na educação básica, incluindo no Ensino Médio. Desde 2008, aulas de filosofia e sociologia também eram obrigatórias nos três anos.	A partir de agora, a decisão de incluir artes, educação física, filosofia e sociologia nas aulas do Ensino Médio dependerá do que será estipulado pela Base Nacional Comum Curricular.

Ensino Técnico	A Lei já previa a possibilidade de as escolas integrarem o ensino técnico e profissionalizante ao Ensino Médio em diversos modelos.	A formação técnica e profissional passa a ter peso semelhante às quatro áreas do conhecimento. A mudança também inclui a possibilidade de "experiência prática de trabalho no setor produtivo" ao aluno.
Língua Estrangeira	As escolas eram obrigadas oferecer, a partir do sexto ano, aula de pelo menos uma língua estrangeira, mas tinham a liberdade de escolher qual língua.	O inglês passa a ser a língua estrangeira obrigatória em todas as escolas. As escolas podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.
Professores	A Lei exigia que os professores fossem trabalhadores de educação com diploma técnico ou superior "em área pedagógica ou afim".	Fica permitido que as redes de ensino e escolas contratem "profissionais de notório saber" para dar aulas "afins a sua formação".
Vestibulares	As universidades são livres para definir que conteúdos exigem das provas para selecionar os calouros, levando em consideração o impacto da exigência no Ensino Médio.	A Lei determina que o Conteúdo dos Vestibulares seja apenas "as Competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de Conhecimento definidas na BNCC".

Fonte: BALD; FASSINI, 2017.

Nota-se que a referida Lei trará diversas alterações na organização e na estrutura dos currículos e também nas salas de aula do Ensino Médio brasileiro. Observa-se mudanças desde a carga horária, esperando-se que, gradativamente, as escolas passem a contar com o ensino integral, até as alterações nas disciplinas que farão parte dos currículos, no qual até o momento somente as disciplinas de Português e Matemática são garantidas como componentes obrigatórios nos três anos do Ensino Médio.

As demais disciplinas escolares acabam diluídas nos chamados "itinerários formativos", que compreendem: I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas; V - Formação técnica e profissional.

É a BNCC que agora define os direitos e objetivos de aprendizagem do EM nas áreas do conhecimento. Além dessa definição, o Artigo 35, § 1º, aponta que a parte diversificada

dos currículos também deverá estar em harmonia com a Base e ser articulada ao contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. Dessa forma, os currículos do EM seguirão obrigatoriamente o que consta na BNCC em sua parte comum a todas as escolas, e a parte diversificada do currículo também deverá estar em consonância com o que for estipulado pelo documento, devendo estar atrelada ao contexto no qual irá se inserir.

A questão do Ensino Técnico volta a ganhar destaque na legislação, constituindo um dos itinerários formativos. Destarte, variadas inquietações permanecem em meio à oferta desse ensino profissional, cuja preocupação de muitos profissionais da educação é a desse itinerário acabar ficando relegado às camadas mais populares dos educandos, não oportunizando aos jovens de classes menos favorecidas prosseguir seus estudos no Ensino Superior. A Lei nº 13.145 traz que a contratação de profissionais com notório saber se daria exclusivamente para atender a essa formação técnica. Nesse âmbito, o debate da dualidade entre formação propedêutica e formação técnica que há décadas acompanha as discussões do EM é novamente manifestado.

Ainda a respeito dessa questão curricular, a nova Lei em nenhum momento menciona a Geografia em seu texto, fazendo entender que, seguindo os pressupostos da BNCC, tal disciplina estará presente no itinerário denominado “Ciências Humanas e suas Tecnologias”. Estar-se-ia assistindo, novamente, ao desaparecimento da Geografia (e de diversas outras disciplinas) nas legislações educacionais, tal como aconteceu no passado, como no caso do período do regime militar brasileiro, em que os conteúdos da disciplina de Geografia, assim como os de História, foram diluídos nos chamados “Estudos Sociais”?

Apesar de se saber que a Geografia atualmente faz parte dos currículos da Educação Básica, ainda existem muitas incertezas sobre como essa disciplina escolar e seus conhecimentos comporão esses novos moldes do EM. Negligenciar o acesso dos educandos do EM aos conhecimentos geográficos poderia acarretar uma série de lacunas na formação do educando. Trata-se, portanto, de conhecimentos essenciais na formação do sujeito, e que não apenas possibilitam o desenvolvimento cognitivo do aluno, mas que propiciam também seu desenvolvimento enquanto cidadão, enquanto sujeito que produz e transforma o espaço geográfico.

O ensino fundamental e o médio devem ser, acima de tudo, desafiadores, capazes de despertar o interesse dos alunos para a resolução dos problemas que a vida apresenta. Hoje, na chamada pós-modernidade, a escola deve

proporcionar os caminhos necessários para que os sujeitos/alunos possam compreender o cotidiano [...]. Para que essa mudança ocorra, os professores e a instituição da escola, na sua complexidade, devem estar comprometidos com o que chamamos de ‘fazer sociedade com cidadania’ (CASTROGIOVANNI, 2007, p. 44).

Nessa direção, os alunos, munidos dos conhecimentos da Geografia, podem produzir em seu cotidiano práticas espaciais de significação reflexiva e cidadã do mundo. Por conseguinte, se torna de suma importância defender a presença da Geografia nos currículos, pois se trata de uma disciplina que permite ao educando leituras críticas e reflexivas do mundo, capaz de formar um cidadão crítico e transformador (STRAFORINI, 2018).

Os conhecimentos geográficos possibilitam, então, uma oportunidade de crescer enquanto sujeito-cidadão, indo muito além do “conhecer o mundo”, mas sim buscar “interpretar o mundo”. É por isso que Nogueira e Carneiro (2013) reforçam a necessidade de se pensar em uma Geografia que desenvolva uma “consciência espacial-cidadã”. Para estes autores, uma Educação Geográfica implica ler o mundo, questioná-lo, indagá-lo. Trata-se de um processo capaz de contribuir para a codificação e a decodificação do mundo pelo sujeito-aluno, e, portanto, para a consciência da possibilidade de intervir no mundo.

Pontuschka (2001, p. 111) muito bem sintetiza esses embates vivenciados pela Geografia escolar, tanto no passado como na atualidade, ao enunciar que

A disciplina escolar geografia está no jogo dialético entre a realidade da sala de aula e da escola, entre as transformações históricas da produção geográfica na academia e as várias ações governamentais representadas hoje pelos guias, propostas curriculares, parâmetros curriculares nacionais de geografia; avaliações impostas aos professores, sem mudanças radicais na estrutura da escola e na organização pedagógica global e pelo embate acirrado entre escola pública e privada.

Tal citação reflete com propriedade os embates ligados aos processos relacionados à constituição dos currículos escolares no passado e, especialmente, o que se vivencia na atualidade. Não apenas a Geografia, mas todas as demais disciplinas do EM, encontram-se nesse jogo dialético da realidade escolar com as propostas, parâmetros e legislações educacionais que desejam promover profundas alterações nas escolas de todo o Brasil.

Fica claro, assim, que a Lei nº 13.415 (e também a BNCC) se reporta muito mais a uma reforma curricular do que a uma reforma preocupada com a questão da evasão, da

identidade dessa etapa do ensino, da superação da dualidade estrutural que o EM carrega, dentre outras problemáticas.

Percebe-se, por conseguinte, que ao mesmo tempo em que se viu o objetivo de “reformular” o EM brasileiro, houve recentemente a aprovação da Emenda Constitucional 95 (ou PEC 241), que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias instituindo o Novo Regime Fiscal sob as justificativas de conter os gastos públicos e tentar equilibrar as contas públicas, limitando, assim, em um período de 20 anos, os gastos públicos. Nesse sentido, torna-se contraditório os governantes afirmarem a urgência de reformar o EM para o desenvolvimento do país quando se tem, concomitantemente, cortes de verbas e de recursos para a educação.

Diversos são os pontos de crítica que educadores e profissionais da educação têm levantado em torno dessa Lei, uma vez que os rumos dessa reforma ainda não são claros e precisos e diversas incertezas ainda pairam sobre como algumas dessas questões levantadas serão resolvidas, ou como buscarão implementar as medidas propostas, porque ainda pouco se sabe como e quando tais medidas serão efetivamente colocadas em prática.

Convém destacar que o atual contexto educacional é um momento fértil para refletir acerca dos caminhos de diversas disciplinas, nesse caso especialmente da Geografia, que, uma vez mais, tem rumos ainda incertos nos novos currículos a serem formulados. Defende-se o fortalecimento das discussões atinentes à relevância socioeducacional da Geografia, pois se sua importância é questionada ou insuficientemente clarificada, é essencial então mostrar para a escola e para a sociedade – sem interesses corporativistas – o porquê de se estudar essa disciplina.

Essas novas críticas e os constantes questionamentos são de grande importância e fundamentais para se compreender o atual momento em que se vive, afinal são mudanças que impactarão milhares de escolas em todo o Brasil, e as vozes daqueles que atuam diariamente nessas escolas precisa ser ouvida para que, de fato, se possa avançar na qualidade educacional do país. Sendo assim, alunos e professores foram convidados a expressarem suas opiniões, anseios e perspectivas a respeito dessas recentes reestruturações, como se demonstra no tópico seguinte.

OS ALUNOS, OS PROFESSORES E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Como já foi enunciado na introdução deste artigo, ao se buscar entender o que alunos e professores da Educação Básica pensam acerca da Lei nº 13.415 e sobre o EM de forma geral adotaram-se, com instrumentos de coleta de dados, questionários e entrevistas. Segundo os pressupostos da metodologia de análise de conteúdo (MORAES, 1999), suas perspectivas são analisadas e apresentadas. Os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa e de suas escolas serão mantidos no anonimato, e utilizar-se-ão siglas iniciais dos nomes para os depoimentos dos alunos e expressões P1, P2 e P3 para se referir aos docentes.

Com esses procedimentos, procurou-se compreender, dentre outros objetivos, o que pensam os professores e alunos do 3º ano do EM sobre as recentes reestruturações que o Ensino Médio vem recebendo. Analisam-se as informações fornecidas pelos discentes e, posteriormente, o material que resultou das entrevistas com as professoras que participaram da investigação.

De início, perguntou-se aos educandos sobre seus objetivos ao cursar o EM. Com base no levantamento bibliográfico referenciado pode-se afirmar que se vivencia hoje o declínio da importância social dos diplomas escolares, e que tal etapa de ensino convive com uma crise de identidade em suas políticas, que ora o direcionam para uma formação profissional, ora para uma formação mais ampla e geral, ou um “híbrido” das duas coisas, mas sem uma finalidade própria e bem delineada. Sendo assim, buscou-se entender a motivação do estudante ao cursar o EM.

Dentre as opções apresentadas para os educandos assinalar, e levando em consideração que cada aluno poderia destacar mais de uma resposta, para 40% dos estudantes o objetivo para com o EM é o de futuramente ingressar em uma universidade/curso superior. Para 28%, o objetivo é ter melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, 15% dos alunos assinalaram que cursar o Ensino Médio foi um desejo pessoal, enquanto que para 9% foi por obrigação, e para outros 8% para atender aos desejos de seus pais ou responsáveis.

A dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional que há décadas marca a educação brasileira ainda se faz presente nas escolas, e tal afirmação pode ser reforçada ao verificar que no questionário aplicado, mais de 60% dos estudantes relacionam o Ensino Médio ao ingresso no mercado de trabalho ou nas universidades.

De acordo com Borba (2011), a etapa do EM que, a princípio, deveria proporcionar o desenvolvimento intelectual, crítico e ético para a inserção e atuação efetiva dos jovens na sociedade tem funcionado como uma “ponte” entre a etapa do Ensino Fundamental, e, posteriormente, para o Ensino Superior.

É indiscutível que proporcionar a possibilidade de ingressar nas universidades e/ou no mundo do trabalho não só é de suma importância como também é necessário. Contudo, esta não deve ser a única preocupação dessa etapa do ensino, pois como Borba (2011) aponta, o EM também deve se preocupar com a preparação do jovem para a vida em sociedade, enquanto cidadão crítico e partícipe da vida social.

Em seguida, indagou-se aos educandos se estes possuíam conhecimento relativo ao conteúdo da Lei nº 13.415/2017. Dos 148 discentes que responderam à pergunta, 65% (96 alunos) afirmaram que apenas ouviram falar da Lei, enquanto 20% (29 alunos) revelaram conhecer o conteúdo da Lei e outros 15% (23 alunos) nunca ouviram falar da mesma e, portanto, não sabem do que se trata.

Apesar da ampla divulgação no período em que a referida Lei estava sendo discutida, especialmente em propagandas televisivas, ainda são poucos os alunos que conhecem sobre o “Novo Ensino Médio”. Dentre os que conhecem ou ouviram falar sobre a Lei nº 13.415 e que manifestaram suas opiniões no questionário, os comentários foram polarizados, com discentes que acreditam que a Lei poderá trazer impactos positivos e aqueles que a desaprovam, estes últimos se sobressaindo, quantitativamente, dos primeiros.

Na opinião de 21 alunos, tal reforma poderia ser algo prejudicial ou ruim para os estudantes, e a desaprovam. Nove alunos relataram não concordar com a retirada de disciplinas do currículo, enquanto outros sete pontuaram discordar da possibilidade de escolha de “itinerário formativos”, como traz a legislação em seu texto.

Nas palavras de um aluno que não concorda com a Lei: “Sem dúvida essa nova lei vai dificultar a vida de todos, pois irá tirar as matérias que mais ajuda no processo de formar uma pessoa e seu conhecimento” (G. C.). E para outro aluno: “Acho que vai prejudicar muito, porque se você direcionar pra área de exatas, você não saberá nada de humanas (e vice-versa). É fundamental sabermos o mínimo de cada área, para descobrir o que queremos ser” (A. B. C.).

Como se observam nos excertos selecionados, ao tecerem críticas sobre o novo “formato” curricular proposto pela Lei, os alunos manifestam preocupação com as possíveis

lacunas que tal fato pode deixar em sua formação, como a diminuição do corpo de conhecimentos a serem adquiridos e até, contraditoriamente às intenções da Lei, as dificuldades no momento de escolher uma futura profissão.

Em seus depoimentos, os educandos também demonstraram preocupação com o desaparecimento das disciplinas enquadradas no rol das Ciências Humanas. Tal preocupação fica evidente quando a Lei nº 13.415 e a BNCC priorizam a Matemática e a Língua Portuguesa, que por sinal também ocupam maior parte da atual carga horária nas escolas, e as ciências ditas humanas perdem cada vez mais espaço nos currículos. A Geografia, por exemplo, possui apenas duas aulas semanais no quadro de disciplinas do EM nas duas escolas em que a pesquisa foi realizada.

Verificou-se, ainda, na análise dos questionários, a preocupação em atenuar as diferenças existentes entre os alunos da rede pública e os da rede privada do ensino. Um dos estudantes, por exemplo, afirmou que a Lei impactará negativamente suas vidas “[...] pois tirando matérias da grade curricular irei ficar em desvantagem em relação aos alunos de escolas particulares” (T. O. C).

Destarte, por mais que as atuais reformas do Ensino Médio reforcem que todas as escolas do Brasil devem seguir as novas normativas, é grande a preocupação de aprofundar ainda mais as desigualdades entre escolas da rede pública de ensino e as da rede privada. Santos e Amorim (2016) acenam que a reforma do EM pode acabar por atender os interesses do capital e da classe dominante do país, aprofundando ainda mais o abismo que separa a educação de ricos e pobres do país.

Por outro lado, há alunos que enxergam a reforma como algo positivo. Nesse sentido, três discentes afirmaram gostar da ideia de poder escolher as disciplinas (para a Lei, itinerários formativos) que desejam cursar, outros dois pensam que a proposta da Lei é boa, mas que precisaria de adaptações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) devido à escolha de itinerários formativos.

Dentre algumas das justificativas a favor da reforma, os alunos revelaram: “Pelo que eu já ouvi falar vai ser bom tanto para nós estudantes tanto para a escola” (M. V. S. S.). A possibilidade de escolha das disciplinas que deseja cursar também é destacada pelos alunos: “Na minha opinião é melhor, por exemplo: o aluno já tem em mente o que vai fazer de faculdade, daí as matérias que cai são de exata, ele vai estudar na escola mais exata e português” (F. E. R. C.).

Percebe-se que as recentes reestruturações no EM dividem opiniões entre os educandos, mas a possibilidade de retirada ou de minimização de algumas disciplinas, aliada à questão de os estudantes escolherem quais itinerários cursar também é algo que os preocupa, temem que isso tenha uma repercussão negativa em suas formações. Ainda que para alguns alunos tal ideia seja atraente, é preciso analisar como esse fato ocorrerá nas escolas brasileiras, já que tais medidas estão começando a ser implementadas, e pesquisas relativas aos futuros impactos que tais medidas poderão causar deverão ser realizadas.

Em relação aos questionários e entrevistas aplicados às três professoras de Geografia dessas mesmas escolas, verifica-se um descontentamento no que tange a alguns pontos da Lei nº 13.415. A P1, ao apresentar suas impressões sobre o referido documento, revela:

Olha, e vejo assim: essa história de achar que essa ou aquela disciplina deve ser mais valorizada que a outra não voga, né? Se a preocupação está no meu aluno que hoje não está escrevendo bem, que ele não está interpretando bem, por isso que eu preciso da Língua Portuguesa? Eu preciso de todas as outras disciplinas que são teóricas também, porque de certa forma todas as disciplinas têm a escrita e a interpretação [...], o meu aluno precisa pensar e ele precisa ser uma pessoa muito crítica.

Como se depreende da afirmação da P1, ao assegurar a presença apenas de algumas das disciplinas e diminuir o papel de outras, existe a possibilidade de os currículos escolares não cumprirem plenamente seu papel de auxiliar no desenvolvimento de um sujeito crítico. A docente também demonstra preocupação se os estudantes, ao cursarem o Ensino Médio, estarão de fato aptos a escolherem qual itinerário formativo cursar: “[...]como é que é que um aluno, de 15 anos, vai saber distinguir hoje quais são as disciplinas necessárias pra ele naquele momento? Então eu não sou a favor da reforma, eu acho que o nosso aluno, o nosso adolescente, ele não está preparado pra isso não”.

Em continuidade, a P2, ao proferir sua opinião sobre a referida Lei, realça: “Não sei onde se basearam para chegar a esta conclusão. Os alunos do Ensino Médio ao final do curso deverão ter noção de mundo e o que acontece, tanto física como política e economicamente”. Ao se reportar à importância de uma formação educacional mais abrangente e global, a docente questiona se a Lei, ao não assegurar a obrigatoriedade de determinadas disciplinas, poderá, de fato, propiciar a formação requerida pelo mundo atual.

A P3, ao citar como exemplo o caso da Geografia, é enfática em suas críticas em relação a essa recente reestruturação do EM:

Na minha opinião é uma falha horrenda do sistema não reconhecer a importância da disciplina [de Geografia] ao aluno nas séries finais, ou talvez por ter reconhecido e por verificar que é uma ciência que desperta o senso crítico, criando um cidadão com tais conhecimentos e reconhecimentos da sua realidade quanto a direitos e deveres ao ponto de não serem mais manipulados pelo sistema governamental.

Evidencia-se, no depoimento dessa professora, sua discordância dos preceitos que fundamentam as recentes reformas e, em contraposição, a importância da Geografia enquanto disciplina escolar para a formação crítica e cidadã dos sujeitos. Na visão da docente, retirar a Geografia dos currículos é privar o educando do acesso a um conhecimento crítico. Ainda sinaliza outro ponto importante sobre a “reestruturação” do EM: a infraestrutura das escolas:

A proposta é linda, é igual nossa Constituição, é linda e maravilhosa, só que para aplicação ela não vai ser boa, porque? Porque não tem estrutura. Como que você vai ficar com aluno de manhã e à tarde enfiado em uma escola se não tem estrutura? Tem que ter estrutura, e muita estrutura né, porque se ele ficar de manhã e à tarde só na sala de aula, ele vai enlouquecer (P3).

A professora (P3) levanta a problemática de como manter o aluno no período matutino e vespertino em uma escola de tempo integral se a instituição não estiver preparada para tal. Que tipos de atividades seriam realizadas nas escolas em tempo integral? E o ensino técnico, como aconteceria? Todas as escolas terão a oportunidade de oferecer aos seus educandos ensino em tempo integral? Trata-se, portanto, de legítimas indagações que, em seu conjunto, geram temores sobre as consequências negativas que tais reestruturações podem acarretar.

As docentes participantes da pesquisa percebem uma série de dificuldades que ainda se fazem presentes no EM, ainda não abordadas pela Lei nº 13.415, tampouco como solucionar tais situações. A P1, ao pontuar alguns dos dilemas presenciados pelo EM na atualidade, faz uma interessante reflexão sobre essa etapa do ensino:

Hoje você só tem a educação geral. São somente algumas escolas que ofertam um curso técnico no Ensino Médio. Na época que eu fiz, a opção que eu fiz para o magistério é porque eu queria seguir aquela determinada carreira. Hoje não, hoje o nosso aluno faz o Ensino Médio numa educação geral pensando em um vestibular. E dentro, no meio do caminho no caso aí,

o conteúdo que eu vou trabalhar com ele no vestibular em si, numa graduação, eu tenho que trazer ele mais para a realidade do momento, que vai ser o dia a dia dele no mercado de trabalho.

Como P1 destacou, o EM objetiva atualmente o preparo para o vestibular, para o mercado de trabalho e para a vida. Mas como se sabe, nem sempre tais objetivos são alcançados, e tal etapa convive com essa crise de identidade. É preciso então a consciência de que o EM não deve ser compreendido apenas como uma “ponte” para os vestibulares. As finalidades para com essa última etapa da Educação Básica devem ser mais amplas, envolvendo, além da preparação para o ingresso nas universidades, a preparação para o mundo do trabalho e para a vida dos sujeitos, uma formação que também esteja preocupada com a cidadania dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame da literatura levantada para este estudo e a análise dos depoimentos dos alunos e professores que participaram dessa pesquisa, evidencia que o EM brasileiro apresenta uma série de problemas ainda não superados e que se mostram cada vez mais presentes na realidade escolar. Muitas críticas e divergências a respeito das atuais legislações educacionais vêm surgindo, as quais são necessárias para que se possa avançar nos debates a fim de auxiliar na superação desses antigos problemas enraizados na educação.

Em meio a essas problemáticas, a ideia de “reformular” o EM ganhou força, e sob a justificativa dos maus resultados dos indicadores de rendimento da educação brasileira, diversas medidas foram propostas para “ajudar” o EM a sair dessa situação há anos instalada e não superada. É possível concordar que uma reforma nessa etapa do ensino se faz realmente necessária, e as problemáticas que foram abordadas no presente artigo confirmam a necessidade de se pensar em melhores alternativas para essa etapa do ensino.

No entanto, a Lei nº 13.415/2017, que procurou trazer alterações à estrutura e ao funcionamento do EM acabou não correspondendo de maneira satisfatória, e grande parte dos profissionais da educação questionam se essa Lei, de fato, poderá trazer as mudanças necessárias para ajudar a resolver ou minimizar os problemas ora vigentes, como se confirma com os depoimentos das professoras aqui destacados.

Como foi possível verificar na análise das falas das docentes participantes da pesquisa, os problemas relativos ao EM discutidos por diferentes autores também se fazem presentes nas turmas nas quais atuam. As professoras discordam de diversos pontos abordados pela recente reforma do EM e acreditam que esta, da maneira como está colocada, poderá agravar algumas problemáticas pré-existentes.

Entre os discentes que responderam ao questionário, as opiniões relativas à recente Lei foram diversificadas. Observa-se, porém, que a possível falta de maturidade do aluno ao escolher qual itinerário formativo cursar; as dúvidas quanto à organização dos currículos escolares e as disciplinas que serão contempladas; a proposta de escolas em tempo integral, aliadas à preocupação de um aprofundamento das desigualdades escolares entre aqueles que terão, de fato, acesso a essas escolas são algumas das inquietações que permanecem frente às recentes reestruturações apresentadas, e que também preocupam os estudantes, como salientam em seus depoimentos.

É fundamental que se faça, sem pretensões corporativas, a defesa da presença da Geografia nos currículos do EM. É preciso mostrar que os conceitos, temas e conteúdos veiculados por essa disciplina são de suma importância para a etapa do EM, e essenciais para a formação do sujeito. Como muito bem ressaltam Callai *et al* (2016), ensinar Geografia não se trata apenas de ensinar um conjunto de conteúdos e de temáticas variadas, mas antes de tudo, é ensinar um modo de pensar, de perceber a realidade espacialmente.

Com base nos referenciais ora levantados e nas contribuições presentes nos depoimentos de alunos e professores, infere-se que para haver um significativo processo de ensino e aprendizagem, e para que se possa cumprir as finalidades da Geografia e de todas as outras disciplinas escolares, não basta apenas uma reforma curricular, é preciso uma reforma que vá além dessa questão, se preocupando com antigos problemas que há décadas marcam a educação brasileira.

Nos relatos dos sujeitos participantes da pesquisa verificam-se muitos questionamentos que ainda permanecem no tocante à implementação da referida Lei, e pouco se sabe como tais alterações ocorrerão e quais serão seus impactos na Educação Básica. Essas incertezas sobre os possíveis impactos da Lei nº 13.415 não preocupam apenas os professores e alunos que participaram desta investigação, mas os demais profissionais da educação, como demonstram algumas das pesquisas realizadas (NETO, LIMA, ROCHA 2017; BALD,

FASSINI, 2017; STRAFORINI, 2018), uma vez que o documento não estabelece prazos e não oferece explicações mais claras sobre como isso será feito.

Não se podem relegar a segundo plano a importância e as possibilidades que a etapa do EM pode propiciar na formação dos educandos, pois se trata de uma etapa que pode vir a potencializar a formação integral do sujeito nas suas variadas perspectivas, desde o seu domínio intelectual até a possibilidade de poder intervir no meio social em que vive, exercendo seu direito de cidadão. E esse é o real objetivo da escola: formar alunos cidadãos, preparados para a vida extramuros da escola.

REFERÊNCIAS

BALD, V. A.; FASSINI, E. Reforma do ensino médio: resgate histórico e análise de posicionamentos a respeito da lei nº 13.415/17 por meio de revisão de literatura. **Curso de Docência na Educação Profissional**, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORBA, H. A. **Políticas públicas nacionais para o Ensino Médio no Brasil (1996/2009): avanços e retrocessos na luta pelo direito à educação na era da cidadania**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: Dez. 2018.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: Dez. 2018.

_____. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2016.

CASTROGIOVANNI, A. C. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na pós-modernidade. In: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia: Práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap. 2, p. 35-48.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 41, n. 144, p. 752-769, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº 37. p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf> Acesso em: fev. 2019.

NETO, E. de C.; LIMA, E. M.; ROCHA, A. C. Breve reflexão acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na formação do estudante. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2017. p. 01-17.

NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação Geográfica e formação da consciência espacial-cidadã**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

PONTUSCHKA, N. N. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p.111-142

REICHWALD JR, G.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. A geografia no ensino médio. In: CASTROGIOVANNI, A. C., *et al* (Orgs). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS/AGB, 2003, p. 169-172.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.